

O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN.

Emanuela de Freitas Duarte¹

Aymêe da Silva Gadelha²

Maria Lidiane Agostinho de Menezes³

Wladimir Geovanne dos Santos Duarte⁴

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes⁵

RESUMO

O processo de inclusão é decorrente das constantes modificações sociopolíticas instauradas ao longo dos anos. Seu objetivo é o tratamento igualitário para todos os cidadãos, de modo que tenham acesso a novos conhecimentos e que os conhecimentos sejam adaptados a sua realidade. No campo da educação, o desafio é proporcionar ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) possibilidades reais de aprendizagem, respeitando sempre suas limitações. Mediante essa percepção, durante a minha formação acadêmica em Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, fomentei um trabalho de conclusão de curso (TCC), no ano de 2015, onde busquei analisar o uso da Tecnologia Assistiva (TA) na inclusão de alunos surdos na rede regular pública de ensino. De forma mais específica, procurei compreender como a escola promove a inclusão através da utilização de recursos tecnológicos de baixo custo. A pesquisa, que deu origem a este artigo, fundamentou-se em autores como Rita Berch (2013), Silva (2014) e outros que discutem a temática. Os instrumentos utilizados para a metodologia e o desenvolvimento do mesmo foram embasados em uma pesquisa qualitativa, alicerçada por um questionário dirigido a uma professora de aluno surdo da rede pública de ensino do município de Mossoró/RN. A investigação revelou a existência de um ensino defasado direcionado ao aluno surdo. A razão é a falta de uma visão inclusiva, que desfavorece efetivamente a aprendizagem desses alunos.

Palavras-chave: Aprendizagem, Surdos, Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

As tecnologias desenvolvidas para pessoas com deficiência vêm crescendo gradativamente. Seu principal objetivo é possibilitar a independência desses sujeitos perante suas limitações. Assim posto, a escola precisa desenvolver estratégias e/ou materiais para que os alunos consigam desenvolver suas habilidades educacionais de forma satisfatória, bem como adquirir a autonomia. Além disso, deve incentivar os educadores a conhecerem e aprenderem sobre as crianças e suas necessidades.

1 Professora da SEEC/RN (12º DIREC), emanuelafd30@gmail.com;

2 Professora da SEEC/RN (12º DIREC), aymeegadelha@yahoo.com.br;

3 Professora da Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, marialidiane4@hotmail.com;

4 Professor da SEEC/RN (12º DIREC), wladimirgeovanne92@gmail.com;

5 Professora orientadora: Doutoranda do IFRN, aleksandra.nogueira@ifrn.edu.br.

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar o uso da Tecnologia Assistiva (TA) para a inclusão de alunos surdos na rede regular pública de ensino, como também compreender como a escola promove a inclusão através da utilização desses recursos tecnológicos de baixo custo. Para tanto, tomou-se como locus da investigação a U.E.I. Quatro Estações (nome fictício), a escola está localizada na área leste da cidade de Mossoró/RN e trabalha com crianças da Educação Infantil.

O interesse pela temática surgiu no primeiro contato com um surdo, durante minha adolescência. Nesse momento, acreditava que a comunicação só ocorria mediante o discurso oral, mas, durante o curso superior em Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN), através da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), fui aprofundando o contato com a língua e cultura dos surdos.

A pesquisa em destaque foi estruturada em quatro tópicos. O primeiro traz um breve histórico da inclusão escolar, desde a antiguidade à idade contemporânea. O segundo capítulo mostra os marcos legais e as conquistas adquiridas pelos surdos. No terceiro capítulo são apresentadas as contribuições da Tecnologia Assistiva (TA) para com o aluno surdo no contexto escolar. Para finalizar, os resultados e discussões apontam as tecnologias e a inclusão do aluno surdo no ensino regular do ponto de vista de uma professora que tem um aluno surdo incluído, a qual aponta as práticas vivenciadas com o sujeito pesquisado.

METODOLOGIA

Diversos estudos sobre os processos de inclusão no ambiente escolar têm sido realizados, ganhando importância e atenção. Temática presente em alguns desses estudos, a Tecnologia Assistiva, busca compreender como as tecnologias e a inclusão escolar são percebidas pelo professor dentro de uma sala de aula regular. Para o caso desta investigação, que trata especificamente das tecnologias voltadas ao ensino de alunos surdos, foi realizada uma pesquisa qualitativa com uma professora de sala regular. O instrumento auxiliar nessa ação foi à entrevista semiestruturada, com base em um questionário composto por nove perguntas pertinentes ao assunto.

BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR

A análise da evolução da educação inclusiva permite vislumbrar um contexto histórico de lutas e conquistas ao longo dos séculos, como também outros aspectos relacionados à vida do aluno surdo, quais sejam: social, econômico, jurídico e teológico.

Com efeito, a aquisição dos direitos aconteceu após muitas batalhas em defesa das pessoas com deficiência, conforme aponta Martins (2011). Em suas pesquisas, o autor mostra que o processo de inclusão aconteceu durante quatro períodos da história da humanidade, com início na antiguidade, quando a busca pela sobrevivência foi registrada como a justificativa mais comum para a eliminação dos seres vivos. Essa foi uma prática rotineira na Grécia, que cultivava a perfeição do corpo e da mente, mais especificamente na sociedade Espartana, conhecida por seus exércitos de bravos guerreiros e por utilizarem um conselho de cinco participantes para detectar alguma imperfeição física nos bebês que nasciam. Esses pobres seres, quando encontrados, eram considerados aberrações, por isso eram lançados do alto de uma montanha, pois não teriam atributos para se tornarem grandes guerreiros.

Por volta do século XV, na Idade Média, teve início um período de isolamento. Na Ásia, surgiu, por meio da igreja, a consciência do direito à vida para as pessoas com necessidade especiais. Nesse momento, começaram a abolir o pensamento de eliminação dos seres humanos por causa da sua anormalidade, porém, eles eram encaminhados para viverem segregados, como pessoas consideradas indesejáveis e incapazes de interagir em seu meio social. Todos os casos (deficiências, idosos, ladrões e pobres) eram encaminhados para os hospícios, hospitais, conventos e asilos, ficando todos misturados e amontoados, em condições precárias de desenvolvimento intelectual e motor.

Entre os séculos XV ao XX, com a transição da Idade Média para a Moderna, instaurou-se a ideologia capitalista. A partir daí as pessoas com deficiência foram compreendidas como um problema orgânico. Por conseguinte, passaram a ser tratadas, ao invés de castigadas. Porém, os governantes não tinham um projeto para a educação e o convívio desses sujeitos junto aos demais membros da sociedade, por isso, muitas vezes, eles ficavam sobre a tutela do estado e, depois de comprovada sua invalidez para o trabalho, eram encaminhados para internatos, pois não se enquadravam no perfil de uma sociedade produtiva.

Em meados do século XVIII, com a chegada da Idade Contemporânea, foram criadas as escolas especializadas, fundamentais para o ensino das pessoas com algum déficit de aprendizagem. Desde então tem sido cultivada a permanência desses alunos nas instituições de ensino junto com os demais que possuam as mesmas limitações. Ao mesmo tempo, se

intensificaram os estudos sobre as causas prováveis das necessidades especificidades desses sujeitos, buscando identificar se ocorrem por motivos neurológicos, biológicos ou fisiológicos. É importante ressaltar que anterior a esse período não existia um conhecimento científico sobre as pessoas com deficiência e suas reais possibilidades de aprendizagem.

Através dos estudos das necessidades especiais e suas causas houve um grande avanço nas escolas especializadas, haja vista terem provocado o desenvolvimento de metodologias, materiais e estratégias diferenciadas de ensino, com a intenção de facilitar as práticas pedagógicas. Entre os materiais produzidos destacam-se o alfabeto em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, braile, as pranchas ilustradas, etc., que permitiram uma prática adequada junto aos sujeitos com insuficiências biológicas, como a deficiência auditiva, visual e motora, de modo que tiveram um avanço significativo.

Os resultados apresentados para a sociedade foram bastante satisfatórios e, por consequência, houve uma massificação de alunos com necessidades específicas nas escolas especializadas. Daí em diante foram identificados diversos déficits, com as mais variadas causas: sociais, familiares, escolares, biológicas, neurológicas, educacionais, entre outras. Assim nasceu a necessidade de se criar uma escola específica para cada deficiência, contudo, os governantes não aprovaram essa medida, devido aos altos custos. Diante dessa impossibilidade, o governo passou a pensar em novas soluções que pudessem unir a possibilidade de educar esses alunos nas escolas regulares, com a manutenção da qualidade no ensino e a redução dos custos no aprendizado das pessoas com deficiência.

Frente à nova realidade educacional, as escolas começaram a se adaptar e inserir alunos com deficiência em seu espaço. As primeiras experiências aconteceram de forma tímida, mas, com o passar do tempo, percebeu-se uma crescente participação desses alunos na sala de aula regular.

MARCOS LEGAIS

A inclusão de alunos com NEE na escola regular vem se consagrando por meio de inúmeras leis que salvagam sua permanência nesse espaço. Todavia, essas leis não foram acompanhadas pela formação adequada dos educadores, nem da garantia de boas condições de trabalho. Nesse sentido, a falta de preparo do professor pode ser vista como falta de

incentivo das políticas públicas de ensino, que acolhem o aluno na sala de aula regular, mas não se preocupam em lhe garantir um ensino adequado a sua realidade, causando grandes transtornos nos alunos, que por se sentirem excluídos, acabam abandonando o ensino regular.

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconheceu-se que todas as pessoas, sem distinções, nascem livres e com direitos iguais, independente de qualquer aspecto que componha sua realidade de vida. Sob influência dessa declaração, no Brasil, no ano de 1988, foi criada a Constituição da República Federativa do Brasil, onde está escrito, no capítulo I – dos direitos e deveres individuais e coletivos, artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Com a promulgação da Constituição, os municípios ganharam autonomia para implantar, nas práticas administrativas, processos que garantam a melhoria na qualidade de vida de seus cidadãos.

Em 1994, na Espanha, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, foi emitida a Declaração de Salamanca. O evento promoveu a discussão do conceito de escola inclusiva de forma que os alunos tivessem a oportunidade de aprendizagem igualitária. De acordo com o documento, ficou estabelecido que qualquer aluno com dificuldades em sua escolarização deve ser considerado com necessidades educativas especiais, cabendo à escola adequar-se às especificidades de cada aluno.

No Brasil, a Declaração de Salamanca exerceu grande influência sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que designa para os municípios a responsabilidade de garantir o ensino aos cidadãos de 0 a 14 anos de idade. Em face dessa diretriz inclusiva, que concebe a admissão de todos os alunos com condições físicas e sensoriais no ensino regular, é dever de cada município desenvolver e programar políticas de educação inclusiva na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em 1999, durante a convenção da Guatemala, foi discutida a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com necessidades especiais, por entender-se que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. O objetivo da convenção foi prevenir e eliminar todas as formas de segregação, respeitando os direitos e liberdades de todas as pessoas, sem qualquer distinção.

A Lei nº 10.172/01, aprovada no ano de 2001, deu origem ao Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e objetivos para a educação das pessoas com

necessidades educacionais especiais. O documento contempla programas na área da saúde, assistência social, bem como adaptações arquitetônicas voltadas à livre locomoção dos alunos com limitações, formação continuada para os professores e disponibilização de material didático para apoio da aprendizagem. Essa capacitação docente envolve o aprendizado da LIBRAS, usada pela população surda e reconhecida, pela Lei nº 10.436/02, como a primeira língua para os surdos.

Outro passo importante rumo à inclusão foi dado em 22 de dezembro de 2005, quando começou a vigorar o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436/02 e a Lei nº 10.098/04. Essas leis reconhecem a LIBRAS como a língua natural dos surdos brasileiros, e estabelecem como norma a formação de professores e instrutores em LIBRAS, a formação do intérprete/tradutor de LIBRAS, a garantia do direito à educação e saúde das pessoas com deficiência auditiva e o papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos no apoio ao uso e difusão da LIBRAS.

De forma complementar, a Lei nº 12.319/2010 regulamenta e determina a formação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, admitindo que esse profissional seja o elo entre o ouvinte e o surdo. Anteriormente, essa era uma função informal, mas, a partir da necessidade de mediar o processo de comunicação a profissão se expandiu.

O último marco legal a ser citado é a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2004), que representa um passo decisivo para a inclusão de todas as pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida, nas várias fases da vida. Ela prevê a adaptação para quem tem dificuldades de locomoções devido às barreiras arquitetônicas, de transporte e comunicação. Para os surdos, em específico, garante o acesso à informação e comunicação (trabalho, saúde, lazer, cultura, esporte, educação) em ambientes com profissionais de interpretação da língua de sinais, a fim de que possam ser tratados de forma acessível, igualitária e satisfatória. Essa e as demais conquistas aqui mencionadas só foram possíveis devido a luta e empenho dos movimentos sociais em prol da inclusão.

UM POUCO SOBRE TECNOLOGIA ASSISTIVA

A Tecnologia Assistiva (TA), pertence a uma área do conhecimento voltada ao estudo de instrumentos e serviços para a melhoria de vida dos cidadãos que possuem alguma limitação. Ela necessita ser compreendida como amparo que harmoniza a interação da pessoa

com deficiência com o seu meio social, proporcionando-lhe liberdade, inclusão social e melhores condições de vida, por meio de materiais ou serviços.

A importância da evolução tecnológica no dia a dia de seus usuários está, pois, no auxílio ao desenvolvimento de ferramentas que simplificam a vida cotidiana. A autonomia proporcionada pela utilização da TA muitas vezes confunde de quem é o seu real benefício. Não raro, se tem a ilusão de que o profissional que utiliza é o grande beneficiário, entretanto, por mais que ajude na realização de tarefas do empregador/docente, o verdadeiro beneficiário é quem usufrui do recurso de TA, por “acompanhar naturalmente o usuário que o utilizará em diferentes espaços na sua vida cotidiana” (BERSCH, 2013, p. 12).

Para serem considerados TA os recursos devem ser voltados à educação e ajudar os alunos na superação de suas limitações. No caso dos surdos, por exemplo, para que possam entender o contexto do que lhe está sendo ensinado precisam de seu material ilustrado com imagens ou em LIBRAS. Quando se tem domínio da LIBRAS, a utilização do intérprete se faz necessária.

Diante desse contexto, as salas de recursos multifuncionais têm um papel fundamental e de muita importância dentro da escola, pois os profissionais que nela atuam, em conjunto com o professor da sala regular, vão analisar qual é a melhor estratégia/metodologia para se trabalhar com os alunos que necessitam desse recurso/serviço. Nesse processo, a família é peça fundamental para o aperfeiçoamento dos recursos empregados na escola. Durante o processo de adaptação, os membros da família, através de testemunhos, ajudam, a saber, se está havendo ou não avanço no aprendizado do estudante com deficiência.

A proposta de utilização da Tecnologia Assistiva - TA vem tornando a vida dos surdos cada dia mais fácil, mas não se pode jamais esquecer que, além de possuírem uma deficiência, esses sujeitos possuem língua e cultura própria. Assim posto, o respeito às suas características deve estar inerente a qualquer proposta de trabalho a ser realizada, incluindo toda iniciativa de produção de TA. A partir dessa conscientização haverá, de fato, uma contribuição para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana, acessível para todos os que dela compartilham, respeitando as particularidades de cada pessoa, ou grupo de pessoas, e propiciando que todos possam expor suas necessidades específicas e soluções conjuntas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A professora colaboradora respondeu as nove perguntas mediante a sua experiência em sala de aula regular na educação infantil.

Quadro 1: Questionário direcionado à professora colaboradora da pesquisa

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Defina inclusão escolar.	É um processo que oportuniza a criança especial de desenvolver-se em condições iguais, juntamente com outras.
Qual o grau da perda auditiva do aluno incluído?	Surdez profunda.
Como é a participação do aluno surdo durante a realização da aula?	Tem boa participação, tanto nas atividades individuais como coletivas.
Quais são as atividades utilizadas para apoiar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo?	São realizados em dois momentos, primeiro explico para toda a sala, depois repasso em LIBRAS e sento ao seu lado (criança) para dar suporte.
É percebida alguma discriminação entre o aluno surdo e os demais alunos?	Não, ele é muito querido pelos alunos, salvo, os momentos de agressividade, apresentados em alguns momentos das atividades.
Quais são as dificuldades encontradas para se trabalhar com aluno surdo?	A falta de material adaptado. A participação dos pais.
Você recebe capacitação para inclusão de alunos com necessidades especiais?	Não.
O que você compreende por Tecnologia Assistiva (TA)?	São programas que usam tecnologia (computadores, tablets,...) para auxiliar na aprendizagem da criança de forma dinâmica, moderna e lúdica.
Quais os recursos ou serviços que a escola disponibiliza?	Recebemos uma professora de LIBRAS para ministrar aula, a cada 15 dias.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as respostas fornecidas pela professora, é possível admitir que ela compreende a criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) como um sujeito com potencial de desenvolvimento igual a qualquer outra criança sem deficiência. Além disso, reconhece que a inclusão dos alunos com NEE no mesmo espaço que os demais lhes oportuniza um melhor convívio social.

Em contrapartida, a fala da professora também permite inferir que as metodologias por ela utilizadas não contribuem para a interação do aluno com os colegas, pois ele necessita de

um momento isolado para receber as explicações do conteúdo. Nesse processo, a professora necessita construir materiais, ou adaptar os da escola para conseguir transmitir os ensinamentos ao aluno. Porém, é dever da escola providenciar esses recursos para a aula ocorra de forma inclusiva. No caso dos alunos surdos, o estímulo visual é o que possibilita o desenvolvimento da sua aprendizagem e a interação com os demais colegas. A participação da família também é fundamental para esse desenvolvimento da criança, pois os estímulos de aprendizagem devem iniciar no seio da família.

A inclusão escolar é, de fato, um processo que continua sendo ampliado para garantir a todos os cidadãos sociabilidade, não somente através dos direitos adquiridos, mas por meio da conscientização da população de que todo ser humano é igual por natureza e que os estímulos que se recebe ao longo da vida é que vão possibilitar o conhecimento de cada indivíduo.

A professora revelou, ainda, estar familiarizada com o objetivo da TA, porém, demonstrou não compreender as especificidades dos recursos existentes, nem a que público se destinam. Um indício disso é o fato de ter citado como exemplos computadores e tablet's para o ensino de surdos, quando, para eles, somente o fato de ter um equipamento tecnológico não seria considerado Tecnologia Assistiva, conforme menciona Bersch:

Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente. BERSCH (2013, p. 12)

Para ser considerada TA da educação o recurso que o aluno utiliza deve superar suas limitações. Os surdos ou pessoas com deficiência auditiva, em específico, precisam de seu material ilustrado para entenderem o contexto do que lhe está sendo ensinado, ou a utilização de imagens que mostrem o sinal em LIBRAS. Para aqueles que têm domínio da língua de sinais, a utilização do intérprete se faz necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, mostrou-se que, por séculos, as pessoas com deficiências foram vistas como incapazes, devido as suas limitações. Entretanto, com o passar do tempo e algumas conquistas de movimentos sociais, a prática educativa passou a ser alicerçada na busca pelo conhecimento, de modo que não se pode mais conceber uma educação moldada na escola tradicional.

Além de possibilitar uma visão histórica sobre o tratamento dispensado às pessoas com deficiência, este trabalho contribui para a percepção das mudanças nos métodos de ensino, que hoje contemplam o desenvolvimento de mecanismos para inclusão de alunos com surdez.

Deve-se ressaltar que o estudo não se destina a criar conceitos fechados, mas a expandir as discussões em relação ao uso da Tecnologia Assistiva para a inclusão de alunos surdos. De acordo com essa perspectiva educativa, o surdo tem o direito à educação de modo que sejam atendidas as suas especificidades linguísticas, para tanto o professor dos anos iniciais precisa expandir seus conhecimentos sobre as necessidades dos seus alunos.

Em síntese, esta análise permitiu perceber que a escola pesquisada sofre com a falta de políticas públicas para a educação. Por consequência o processo de inclusão não ocorre de forma satisfatória, por falta de capacitação dos profissionais da comunidade escolar e recursos financeiros para aquisição de material para adaptação do aluno surdo. Nesse espaço, o que acontece na sala de aula é, na verdade, a tentativa de integração do aluno surdo.

Diante do exposto, é notória a necessidade de um preparo do ambiente escolar para, de fato, receber de maneira inclusiva. Decerto, não é somente o atendimento especializado que ajudará na inclusão desse aluno, mas a presença de um intérprete e materiais adequados que lhe garantam um aprendizado satisfatório e, por conseguinte, promovam sua inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 01/07/2015.

BRASIL. . **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 34. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edição Câmara, 2011.

_____. **Decreto nº 5.236**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a Lei nº 10.436, de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário oficial da União, Brasília/DF, 23 dez. 2005.

_____. **Lei 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. **Lei 9.394**, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01/07/2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva/ Secretária de Educação Especial**. Brasília: Secretária de Educação Especial, 2010.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Fundamentos em educação inclusiva**. Natal, RN: Editora da UFRN, 2011. Módulo Didático I - páginas 9 a 18.